

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
S.A. - PRÉ-SAL PETROLEO S.A.**

Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

RENNÓ PENTEADO SAMPAIO ADVOGADOS, vem respeitosamente, no prazo legal, interpor recurso administrativo em face da decisão publicada no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2023, que indeferiu o seu credenciamento para prestar serviços de advocacia à Pré-Sal Petróleo S.A., pelos motivos que passa expor.

A negativa de credenciamento foi justificada por alegada ausência de prova de cumprimento do seguinte requisito do edital de credenciamento:

“I) Experiência”, subitem “4”, estabelecido no capítulo “8 - REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO” do Anexo I – Termo de Referência do Edital, pois não foi apresentado, ao menos um, documento comprobatório da execução de serviços referentes à Área de Atuação 2 no seguinte subitem (iii) conforme os requisitos previstos no Edital: “4) Experiência comprovada, por meio de 01 (um) ou mais Atestados ou Declarações (...) Tais Atestados ou Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica, sediada ou não no Brasil (...) os serviços da Área de Atuação 2, na forma a seguir detalhada: (...) (iii) matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990).”

Em atenção a este item, a Recorrente vem reiterar que possui sólida experiência em temas ligados ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas, pois:

- (i) Possui experiência na representação de agentes públicos em processos administrativos e judiciais, conforme atestado fornecido pela Sra. Flavia Maria Santoro (doc. 01); certidão expedida pela 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro (doc. 02); e certidão expedida pelo Tribunal Regional da 2ª Região (doc. 03), todos esses apresentados tempestivamente no curso do processo de credenciamento. Para que se afastem quaisquer dúvidas quanto ao declarado, vimos juntar ainda a petição inicial da ação de improbidade nº. 0089428-96.2015.4.02.5101, em curso perante a 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e objeto da certidão supracitada (doc. 04) e seu respectivo andamento processual (doc. 05), que comprovam que o teor da disputa envolve regime jurídico dos servidores públicos, especificamente questão relacionada à suposta violação a regime de dedicação exclusiva, bem como cópias da procuração outorgada pela Sra. Flavia Maria Santoro para sua representação no âmbito de processo administrativo disciplinar que tramitou perante a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (doc. 06) – que foi expressamente citado no atestado apresentado pela Sra. Flavia Maria Santoro acima mencionado.
- (ii) Apresentou comprovação de ter representado os interesses de pessoa jurídica de direito privado – Aeroporto Internacional de Guarulhos – em ação civil pública na qual é corréu por alegado ato de improbidade administrativa (doc. 07).

Em terceiro lugar, informa-se que a sócia Patrícia Regina Pinheiro Sampaio é professora de direito administrativo da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas, ministrando o item de servidores públicos em suas turmas de graduação desde 2013 (doc. 08 - print de tela comprovando a sua vinculação como professora da FGV Direito Rio). Seu curriculum lattes pode ser acessado em <http://lattes.cnpq.br/2726556686020429>.

Reiteramos que temas de servidores públicos interessam a servidores, ex-servidores ou aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Considerando que a União Federal, suas autarquias e fundações públicas de direito público são representadas pela Advocacia Geral da União, não é esperado que escritórios de advocacia representem pessoas jurídicas em matérias relativas a servidores. O tema de servidores públicos não é de interesse de sociedades empresárias, que se regem

pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assim como as empresas estatais, por força do disposto no art. 173, §1º, da Constituição Federal¹. Escritórios geralmente assessoram servidores e ex-servidores federais que estão sendo demandados por alegadas ofensas ao Regime Jurídico Único, cuja prova de experiência foi realizada pelo Recorrente no bojo do seu processo de credenciamento.

Pessoas jurídicas privadas podem ser indiretamente afetadas por ações ou omissões de servidores públicos por força do art. 3º da Lei 9.429/92². Nesse aspecto, a declaração emitida pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos comprova a experiência do Escritório.

Adicionalmente, é fato que a Administração Pública tem dever de eficiência (art. 37, caput, CF/88). Dessa forma, excessos de rigorismos na análise da documentação dos proponentes viola a própria finalidade do procedimento de credenciamento, que reside em a PPSA ter ampla gama de escolha no momento em que necessitar de serviços advocatícios.

Por fim, merece ser considerado que credenciamentos devem ser procedimentos permanentemente abertos, a fim de que os interessados que cumpram as exigências necessárias à provisão do serviço possam ser incluídos no rol das pessoas autorizadas a contratar com a Administração. Nesse sentido, veja-se o disposto no art. 79, parágrafo único, I, da Lei 14.133/2021, aqui invocada por analogia, uma vez que a Lei 13.303/2016 não detalha o procedimento de credenciamento:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

¹ Constituição Federal. Art. 173. (...). § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (...) II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

² Lei 9.429/92, Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, **de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;**

(...)

Dessa forma, também deve ser mencionado que não há razão para a PPSA fechar a possibilidade de credenciamento a escritórios que venham a manifestar interesse em prestar-lhe serviços no futuro. O credenciamento deve ser um processo permanentemente aberto. Nesse sentido, aliás, processos de credenciamento por blocos de áreas do saber parecem melhor atender ao interesse da Administração Pública, por ampliarem o rol de prestadores disponíveis, permitindo à PPSA maior possibilidade de escolha no momento em que vier a ter necessidade de algum serviço, de acordo com a expertise dos profissionais à luz da demanda concreta.

Sendo assim, a Recorrente requer e confia que será provido o presente Recurso e que o Escritório será credenciado para prestar serviços à PPSA.

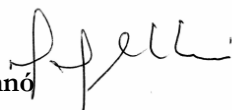
Termos em que

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2023

RENNÓ, PENTEADO, SAMPAIO ADVOGADOS

Marília Rennó



Patrícia Sampaio

